

PODER LEGISLATIVO E EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DAS AÇÕES PARA A DEMOCRACIA A PARTIR DAS ESCOLAS DO LEGISLATIVO

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-455>

Data de submissão: 31/04/2025

Data de publicação: 31/05/2025

Bruna Baggio Crocetta

Doutoranda em Educação

Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Brasil

E-mail: brunacrocetta@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0170-2456>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1359802922130984>

Luciano Daudt da Rocha

Doutor em História Global

Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Brasil

E-mail: luciano.rocha@animaeducacao.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2548-2961>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2759131822461205>

Ediane da Silva

Doutora em Educação

Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Brasil

E-mail: nane.prof@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0885-2350>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4286253361348519>

RESUMO

Este artigo objetiva proceder a uma revisão integrativa sobre educação legislativa, subsumindo os dados obtidos a determinadas categorias, relacionadas à formação cidadã e à educação para a democracia. Justifica-se a pesquisa pelo déficit de conhecimento relacionado à compreensão da educação para a democracia realizada pelo Poder Legislativo, especialmente o catarinense. Para tanto, foram consultadas duas bases de dados: o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e a *Scientific Electronic Library Online*. Inicialmente, foram identificados e selecionados os estudos que atenderam aos critérios de inclusão. Em seguida, categorizados os artigos para, então, proceder-se à análise e interpretação dos resultados. Ao final, foram apresentadas as sínteses do conhecimento obtido. Os resultados revelaram que os programas de educação legislativa se preocupam com a formação cidadã e a construção de uma cultura democrática.

Palavras-chave: Democracia. Educação Básica. Escolas do Legislativo. Poder Legislativo.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da redemocratização, presencia-se um crescimento no número de escolas criadas no âmbito das casas legislativas, para promover a educação para a cidadania e a democracia, assim como capacitações de temas variados, direcionadas ao quadro técnico da instituição e à sociedade em geral. O Poder Legislativo, no âmbito das chamadas Escolas do Legislativo, desempenha um importante papel no fortalecimento da democracia e na capacitação dos cidadãos, oportunizando que compreendam o Poder Legislativo, participem de forma consciente nos processos políticos e atuem como legisladores.

O Poder Legislativo, através de suas escolas, possui alguns de seus programas voltados ao letramento político de crianças e jovens. Nesse sentido, as ações de educação destinadas aos estudantes da Educação Básica, precisam estar alinhadas ao currículo escolar, focado na formação política e cidadã das pessoas.

Desenvolver a cidadania nas pessoas vai ao encontro da função da educação na sociedade, ou seja, “[...] a formação do ser humano para desenvolver suas potencialidades de conhecimento, de julgamento e de escolha para viver conscientemente em sociedade, [...]” (Benevides, 1996, p. 225). Além disso, a educação constitui o meio para a transmissão de cultura aos jovens e adultos. Referida transmissão se dá por três formas: mediante práticas formais, não formais e informais de socialização política – e atinge tanto as democracias mais antigas quanto as emergentes (Barbosa, 2020). Segundo Barbosa (2020), o papel da educação é, portanto, o de aproximar a democracia das muitas gerações.

Rodrigues e Souza (2022, p. 361) entendem que “[...] a democracia se faz presente quando todos participam ativamente da vida em sociedade. Neste sentido, a educação tem um papel fundamental na formação de cidadãos ativos, sendo elemento-chave na promoção da participação cívica”, pois solucionar os grandes desafios do país e do mundo ocorre pela via do conhecimento e das políticas públicas. Portanto, ações educativas que associem as escolas às demais instituições do poder público, têm potencial de contribuir efetivamente na promoção e consolidação de uma democracia que inclua de fato todos os setores da sociedade.

Neste artigo, realizamos uma revisão integrativa da literatura, investigando a temática referente às ações do Poder Legislativo, no âmbito das Escolas Legislativas, em prol de uma educação para a democracia. O presente estudo faz parte de um projeto maior de um Programa de Pós-Graduação em Educação e tem por objetivo um projeto coletivo, consistente na produção de subsídios orientadores e sustentadores das pesquisas as quais serão desenvolvidas pelos discentes e resultarão nas futuras dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Observa-se que a quantidade de trabalhos relacionados à educação legislativa ainda é pequena. A relevância da educação legislativa se encontra justamente nas possibilidades concernentes à formação crítica dos cidadãos e no incentivo ao letramento político.

Um dos mais influentes pesquisadores dessa temática é o professor Rildo Cosson (2008), o qual afirma que o país ainda se encontra distante do envolvimento necessário à concretização da democracia, inclusive a partir de estudos outros, demonstrando o baixo grau de confiança dos brasileiros no Poder Legislativo.

O objetivo geral do presente artigo é proceder a uma revisão integrativa sobre educação legislativa, subsumindo os dados obtidos a determinadas categorias, relacionadas à formação cidadã e à educação para a democracia.

Este artigo está dividido em cinco seções, contando com esta introdução. Na segunda, são detalhadas as metodologias utilizadas na realização do trabalho, iniciando pela conceituação do estudo de revisão integrativa, seguido da descrição das seis etapas correspondentes. Depois, são apresentadas as categorias de análise que orientaram a seleção do material que constitui o presente estudo de revisão integrativa, bem como destacado como os respectivos trabalhos concebem a participação de crianças, adolescentes e jovens nos programas de educação legislativa. Na quarta seção, são realizadas a análise dos resultados e síntese do conhecimento, a partir das categorias de análise. Ao final, apresentadas as considerações finais da pesquisa.

A análise dos estudos selecionados revelou que as ações das Escolas do Legislativo desempenham um papel fundamental na capacitação de cidadãos, em especial de crianças e jovens, dotando-os das condições essenciais para compreenderem a importância das leis, conhecerem seus direitos e deveres, assim como participarem ativamente da vida política, promovendo, portanto, letramento político e educação para a democracia nos mais diferentes contextos brasileiros.

2 METODOLOGIA

No campo da Educação, os estudos de revisão integrativa possibilitam sintetizar os resultados das pesquisas de determinada temática, realçando os assuntos mais estudados, as abordagens metodológicas e os referenciais teóricos mais utilizados. Permitem, inclusive, identificar as lacunas nas pesquisas, a serem preenchidas por estudos futuros (Kramm, 2019; Souza *et al.*, 2010). O método procura diferenças e semelhanças entre os estudos selecionados nos portais eletrônicos de busca, demonstrando um avanço aos pesquisadores, propiciando acesso democrático e atualizações frequentes (Souza *et al.*, 2010).

Alguns autores entendem que o estudo de revisão integrativa possui cinco fases a serem cumpridas, tais como Cooper (1982) e Whittemore e Knafl (2005). Neste artigo, utilizamos o que defendem autores como: Botelho *et al.* (2011), Souza *et al.* (2010) e Kramm (2019), os quais incluem uma sexta fase ao estudo de revisão integrativa, consubstanciada na revisão ou síntese do conhecimento. O estudo, então, deve cumprir, ao todo, as seguintes etapas:

[...] 1) Identificação do tema, elaboração do problema de pesquisa e de suas questões norteadoras; 2) Definição das estratégias de busca; 3) Coleta de dado, identificando-se os estudos pré-selecionados; 4) Categorização dos estudos selecionados; 5) Análise e interpretação dos resultados. (Kramm, 2019, p. 59)

No que tange à sexta fase da revisão integrativa – a da síntese –, compreende a “interpretação dos dados oriundos da pesquisa” (Souza *et al.*, 2010, p. 103). É nesta etapa que os resultados serão utilizados na prática (Botelho *et al.*, 2011), sendo que, “[n]as ciências sociais, esta prática recebe o nome de Gestão Baseada em Evidências” (Botelho *et al.*, 2011, p. 124).

Em relação à fase 1, elegemos como tema as ações de educação para a democracia promovidas pelas Escolas do Poder Legislativo. Por não haver material sistematizado pela comunidade acadêmica acerca dos programas desenvolvidos por estas instituições, o presente estudo intenta contribuir tanto com a quantificação do seu atendimento e da sua distribuição ao longo da última década quanto com o debate acerca da necessidade de educação para a democracia, através de diferentes frentes e/ou instituições, em especial na parceria entre as escolas de Educação Básica e as Escolas do Legislativo. Nesse contexto, propõe-se a questão norteadora do presente estudo nos seguintes termos: como as pesquisas em educação analisam o papel das Escolas do Poder Legislativo na concepção e promoção de ações de educação para a democracia voltadas para estudantes da Educação Básica?

Em relação à fase 2, visando alcançar estudos representativos da temática, foram definidos como corpus de análise artigos disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e na *Scientific Electronic Library Online – SciELO*, ambos portais amplamente utilizados nas pesquisas em diversas áreas, inclusive na Educação, abrigando periódicos de impacto e alto extrato nos índices oficiais. Além disso, oferecem motores de busca efetivos, os quais permitem, inclusive, a combinação e alternatividade entre as categorias. Dentre os critérios de inclusão e exclusão, buscamos especificamente estudos que articulam ações educativas do Poder Legislativo à Educação Básica. Por serem bastante difundidos pelo país, destacamos como opção em nossa busca os programas “Parlamento Jovem” e “Vereador Mirim”. Tendo em vista que a pesquisa foi feita a partir de motores de busca virtual, foram utilizados descritores, de acordo com a seguinte equação: (“educação legislativa”) OR (“escola do legislativo”) OR (“parlamento jovem”) OR

("vereador mirim"), os quais retornaram os seguintes resultados: o Portal de Periódicos da CAPES retornou 44 resultados e a SciELO retornou 7 resultados, como representado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Resultados retornados a partir da pesquisa nos sites eleitos

Descritores	Portal CAPES	SciELO
(«educação legislativa») OR («escola do legislativo») OR («parlamento jovem») OR («vereador mirim»)	44	7

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Portal CAPES e da SciELO.

Na fase 3, após a primeira busca, restringimos as publicações para o período de 2013 a 2024. O filtro se justifica pois a procura de artigos na última década representa a atualidade dos trabalhos, no intuito de analisar estudos mais recentes sobre a temática. Após a aplicação do filtro, obtivemos 38 resultados no Portal de Periódicos da CAPES e 6 resultados na SciELO.

Tabela 2 - Resultados retornados após a aplicação de filtro

Filtro	Portal CAPES	SciELO
Ano de publicação 2013-2024	38	6

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Portal CAPES e da SciELO.

Em seguida, foi realizada a importação dos arquivos encontrados para o software *Mendeley*, visando iniciar a próxima seleção de artigos, a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave. Buscamos verificar a adequação dos artigos mediante aplicação dos critérios de inclusão estabelecidos, descartando os estudos sobre ações de educação promovidas pelo Poder Legislativo na capacitação dos seus servidores, bem como aqueles relativos a programas voltados para o público universitário ou setores da sociedade civil. Selecionei os que atinham ao contexto da formação política de crianças e jovens, em parceria com a Educação Básica.

A partir desses critérios, os artigos foram classificados em: “não, fora da temática” (artigos que não articulam ações do Legislativo à Educação Básica), “não, duplicado” (artigos idênticos/duplicados), “sim, com certeza” (artigos que atendem às expectativas de área do conhecimento e temática); “sim, possivelmente” (estudos que, após análise do título, do resumo e das palavras-chave, deixaram dúvidas, necessitando de leitura integral do texto). Abaixo, segue o resultado da etapa:

Tabela 3 - Resultados retornados após pré-análise a partir da leitura do título, resumo e palavras-chave

Classificação	Portal CAPES	SciELO
Não, fora da temática	12	1
Não, duplicado	18	0
Sim, com certeza	4	5
Sim, possivelmente	4	0
Total de artigos	38	6

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Portal CAPES e da SciELO.

Assim, após a aferição dos resultados, aplicados os critérios de inclusão e de exclusão, foram selecionados para leitura integral 8 artigos do Portal de Periódicos da CAPES – sendo que foi possível verificar de pronto que 4 se encaixam à temática e 4 possivelmente se encaixam –, e 5 artigos na SciELO.

A tabela a seguir dispõe sobre os mencionados artigos, selecionados para leitura integral:

Tabela 4 – Trabalhos selecionados para leitura na íntegra

	Autor/Ano	Título	Plataforma
1	Sampaio e Siqueira, 2013	Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais	SciELO
2	Fuks, 2014	Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil	SciELO
3	Barros e Martins, 2017a	Juventude e política na experiência de dez anos do Parlamento Jovem Brasileiro: confiança, participação e engajamento político dos egressos	SciELO
4	Martins e Barros, 2018a	Influências do Parlamento Jovem Brasileiro no comportamento político dos egressos: análise da autopercepção dos jovens participantes	SciELO
5	Martins e Barros, 2018b	Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro	SciELO
6	Silva <i>et al.</i> , 2016	Parlamento Jovem Betim: desafios da formação política na interface escola-universidade	Portal de Periódicos da CAPES
7	Barros e Martins, 2016	Impactos do Parlamento Jovem Brasileiro na motivação e participação política partidária dos egressos	Portal de Periódicos da CAPES
8	Fuks e Casalecchi, 2016	Quando confiar é bom?: repensando a confiança e desconfiança política no Brasil	Portal de Periódicos da CAPES
9	Barros e Martins, 2017b	Impactos do Parlamento Jovem brasileiro na imagem pública do Poder Legislativo na visão dos egressos	Portal de Periódicos da CAPES
10	Braga Júnior e Navas, 2019	O Projeto Parlamento Jovem no TRE/PR: relato de experiência do Município de Jacarezinho – Paraná	Portal de Periódicos da CAPES
11	Melo e Coelho, 2019	Gênese das escolas do Legislativo no Brasil: apontamentos históricos sobre a criação da EL-ALMG	Portal de Periódicos da CAPES
12	Trindade <i>et al.</i> , 2021	Observatório da Democracia de Alfenas/MG: possibilidades e desafios da educação em direitos humanos através do Parlamento Jovem	Portal de Periódicos da CAPES
13	Colontonio e Santos, 2022	Programa Parlamento Jovem em Câmaras Municipais como mecanismo na implementação da nova Base Nacional Comum Curricular	Portal de Periódicos da CAPES

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Portal CAPES e da SciELO.

A leitura integral dos artigos possibilitou identificar as categorias de análise eleitas, sendo importante descrever brevemente o que cada um tratou.

Sampaio e Siqueira (2013) trataram dos efeitos ocasionados pelos programas de educação cívica na formação de jovens, com foco no Projeto Parlamento Jovem de Minas Gerais, em sua edição de 2008, com o objetivo de verificar “[...] os fatores que levam à disparidade de conhecimento político entre os atores envolvidos em tais programas” (p. 381). Os dados apresentados pelos autores integram um quase-experimento realizado, na referida edição, com toda a coorte do Parlamento Jovem de Minas Gerais, bem como com um grupo de controle. Os dados resultantes desta pesquisa foram estruturados em quatro níveis de informações, as quais compreendem: “participantes e não participantes (tratamento e controle, respectivamente) nos tempos 1 e 2 (antes e após as atividades do projeto)” (Sampaio; Siqueira, 2013, p. 387). Os estudantes que participaram das ações do PJ de Minas Gerais eram do ensino médio, mais especificamente do terceiro ano. A escola foi mobilizada e participou das atividades do programa por meio do envolvimento de seus alunos do ensino médio, com a realização de oficinas de formação política, debates, construção de propostas legislativas e outras atividades educativas e culturais relacionadas à política e cidadania. O estudo destacou a relevância de incluir temas políticos e cívicos no currículo escolar, sugerindo que programas como o Parlamento Jovem podem complementar e enriquecer a formação oferecida pela Educação Básica.

Fuks (2014) trabalhou os efeitos do programa de educação cívica Parlamento Jovem – PJ mineiro, edição 2008. O objetivo do trabalho foi compreender os padrões de mudança resultantes da participação no programa, considerando: “[...] a qualidade e o desenho do programa, a dimensão afetada, a saliência do objeto no contexto da experiência e a motivação individual” (p. 429). A metodologia utilizada foi a pesquisa quase experimental. Foram realizadas duas rodadas de entrevistas, antes e após a participação no programa, divididas entre participantes e não participantes, abordando questões relacionadas à socialização política, atitudes políticas, participação política e conhecimento político. Os estudantes que participaram das ações do PJ eram do ensino médio, sendo que as escolas participaram na medida em que mobilizaram a participação nas atividades – organizando oficinas, palestras e debates –, facilitaram a integração do programa ao ambiente escolar e promoveram o engajamento dos estudantes.

Barros e Martins protagonizam cinco do total de trabalhos selecionados, trazendo diferentes enfoques sobre Parlamento Jovem Brasileiro – PJB. Em 2016, foi publicado um artigo, no ano de 2017 mais dois e em 2018 mais outros dois. Os trabalhos tratam, especialmente, dos impactos e de como a participação no PJB influenciou a visão dos jovens sobre a política, sua atuação cívica e engajamento com instituições democráticas, como partidos políticos e o Poder Legislativo. A metodologia utilizada

foi o levantamento do tipo *Survey*, mediante aplicação de questionário aos participantes e ex-participantes das diferentes edições, e realização de análise qualitativa dos depoimentos escritos, por meio do método da análise de conteúdo, no intuito de compreender os efeitos do projeto ao longo dos anos. Os estudantes participantes eram do ensino médio – do segundo ou terceiro ano – e a participação das escolas ocorreu por meio das secretarias estaduais de educação, que divulgaram o programa, realizaram a seleção dos projetos de lei apresentados pelos estudantes e acompanharam o processo de organização e execução do PJB. O papel da escola foi no sentido de selecionar participantes, além de proporcionar o apoio logístico necessário, acompanhamento dos estudantes, integração com o currículo escolar, divulgação e sensibilização sobre a importância da participação no projeto (Barros; Martins, 2016; Barros; Martins, 2017a; Barros; Martins, 2017b; Martins; Barros, 2018a; Martins; Barros, 2018b).

Silva *et al.* (2016) trataram da experiência de formação política de jovens estudantes do ensino médio e ensino superior, por meio das atividades do projeto de extensão Parlamento Jovem em Betim, realizado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. O objetivo do trabalho foi analisar as práticas extensionistas do Parlamento Jovem em Betim, destacando a metodologia adotada, a formação dos alunos extensionistas e a interação com os estudantes do ensino médio. A metodologia utilizada envolveu a realização de oficinas, debates e aplicação de um questionário semiestruturado para coletar dados sobre a percepção da população em relação a temas como: segurança pública, direitos humanos, atuação policial e prevenção ao crime.

Fuks e Casalecchi (2016) apresentaram uma pesquisa que investigou o impacto do projeto Parlamento Jovem em Minas Gerais, na confiança perante a Assembleia Legislativa Mineira – ALMG, tendo como objetivo analisar como a participação no programa influenciou as atitudes e a confiança dos jovens em relação à ALMG, considerando a importância do ambiente informacional proporcionado pelo projeto. A metodologia utilizada na pesquisa referência foi a lógica quase-experimental de pesquisa, com pré-teste, pós-teste e grupo de controle. Foram realizadas 667 entrevistas, sendo metade antes e metade após o projeto, com participantes e não participantes, a fim de garantir simetria entre os tipos de escola e os perfis socioeconômicos dos alunos.

Braga Júnior e Navas (2019) trataram do Projeto Parlamento Jovem realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral – TRE do Paraná, em parceria com a Câmara Municipal do Município de Jacarezinho, trazendo reflexões sobre “a importância do projeto Parlamento Jovem do TRE/PR para o letramento político de estudantes” e de “como ele pode contribuir para a mudança e a construção de novos olhares e atitudes quanto à vida política em sociedade” (p. 39). A metodologia utilizada inclui pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Também foi aplicado um questionário semiestruturado

para revelar as percepções dos estudantes quanto aos resultados do respectivo projeto. Os estudantes que participaram das ações das escolas eram candidatos nos três colégios envolvidos no projeto. A participação da escola foi através: do encaminhamento, pela escola, à Zona Eleitoral, da lista de alunos participantes; da apresentação dos partidos políticos sugeridos pelo TRE aos alunos; da definição dos cargos de presidente, tesoureiro e secretário; e da organização das convenções partidárias para a escolha dos candidatos a vereadores mirins, com auxílio do coordenador escolar.

Melo e Coelho (2019) abordaram a criação da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – EL-ALMG, a primeira EL implantada no Brasil, em 1993. A metodologia utilizada foi um estudo de caso único, baseado na abordagem de Yin (1994), o qual buscara gerar conhecimentos substanciais sobre a EL-ALMG, a partir da análise de documentos normativos, discursos parlamentares, artigos acadêmicos e entrevistas com técnicos da escola. A pesquisa adotou uma “postura teórica de interacionismo simbólico” (Melo; Coelho, 2019, p. 203), realizando a triangulação entre as diferentes fontes de informação.

Trindade *et al.* (2021) relataram a experiência do projeto de extensão Observatório da Democracia e do Parlamento Jovem, surgido no âmbito da Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, em 2018, o qual buscou promover a formação em política democrática e educação em direitos humanos, refletindo sobre as possibilidades e os limites dessa ação extensionista. Trata-se de um relato do “[...] planejamento e realização compartilhada de oficinas, palestras, plenárias e materiais informativos em parceria com entidades civis e Câmara Municipal” (Trindade *et al.*, 2021, p. 1), tendo como participantes jovens do ensino médio.

Finalmente, Colontonio e Santos (2022) analisaram o Programa Parlamento Jovem – PJ como uma estratégia para promover a participação democrática e a formação cidadã dos jovens, relacionando-o com a nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC e à Educação Básica. A metodologia utilizada envolveu entrevistas com as responsáveis pedagógicas das Casas Legislativas, com perguntas abertas e diálogo por meio de contato telefônico, buscando compreender: o perfil das coordenações; os desenhos pedagógicos do programa; o apoio institucional recebido; as estratégias pedagógicas utilizadas; a relação entre escolas e Câmaras Municipais de Vereadores; assim como os interesses e motivações dos jovens do ensino médio em participar.

Assim, as pesquisas selecionadas fazem referência a programas de educação legislativa, propondo aferir o alcance dessas ações, ancoradas na observação, em relatos de experiências dos programas, assim como em seus resultados relativos à comunidade e aos alunos egressos dessas iniciativas, notadamente em relação à construção da perspectiva política cidadã.

3 CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS

Para a fase 4 do estudo, procedemos à identificação e seleção das categorias de análise, para posterior interpretação dos resultados e síntese do conhecimento. A partir dos artigos encontrados, foram eleitas duas categorias de análise: a) “formação política e cidadã” e b) “educação para a democracia”.

Nesse sentido, traz-se alguns conceitos e noções sobre as quais se assentam as referidas pesquisas, a fim de se proceder à análise das categorias. Segundo Sampaio e Siqueira (2013), o Programa Parlamento Jovem é exemplo para a compreensão da estrutura dos programas de educação cívica no Brasil. Já Fuks (2014, p. 426), avalia os fatores capazes de criar condições “para a mudança no comportamento político a partir do impacto de programas de educação cívica”.

Silva *et al.* (2016, p. 132) afirmam que para docentes e estudantes envolvidos no Parlamento Jovem, “a formação política pode acontecer na integração entre alunos universitários e do ensino médio”, possibilitando a troca de experiências e conhecimentos entre os diferentes níveis de ensino. Segundo Barros e Martins (2016, p. 96), os projetos de simulação parlamentar juvenil proporcionam “a experiência de conhecer como se desenvolvem as atividades parlamentares”.

Barros e Martins (2017b) se preocupam com os efeitos do Parlamento Jovem na imagem pública do Poder Legislativo. Barros e Martins (2017a) partem da ideia de que a faixa etária é uma variável relevante para o interesse por política e formas de participação.

Martins e Barros (2018a, p. 139-140) têm por base os efeitos da “ação educativa na cultura cívica, no engajamento cívico e na participação política formal dos egressos”. Martins e Barros (2018b, p. 49) tratam “das convergências entre o aprendizado político do cidadão, a formação da cultura cívica e o fortalecimento da cultura democrática”.

Fuks e Casalecchi (2016) defendem que a desconfiança na legitimidade do sistema político deriva da emergência do cidadão crítico, representando um aperfeiçoamento do sistema. Braga Júnior e Navas (2019, p. 39) consideram “a importância de que os estudantes aprendam sobre formas de participação política, democracia representativa e divisão dos poderes do Estado”.

Melo e Coelho (2019) observam que, antes mesmo das Escolas Legislativas, já havia o Instituto do Legislativo Brasileiro do Senado Federal e o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados.

Trindade *et al.* (2021) afirmam que tais projetos pretendem valorizar espaços de formação e educação política democrática. Finalmente, Colontonio e Santos (2022, p. 1) aduzem que o Programa Parlamento Jovem pode “[...] criar oportunidades de participação democrática e contribuir com os elementos curriculares previstos na nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC”.

Notável, portanto, que os estudos se dirigem à compreensão do papel dos programas de educação legislativa na formação política dos alunos, notadamente naquilo que se relaciona à construção de sua consciência cidadã, inclusive, em comparação com aqueles que não frequentaram os referidos projetos.

Os estudos selecionados também tratam da relevância da temática. Para Sampaio e Siqueira (2013), os fatos políticos relevantes e que são incorporados dependem da predisposição da pessoa. De acordo com Fuks (2014), um dos desafios que se apresenta nos estudos, acerca do comportamento político, é o de explicar a mudança nas atitudes, tomada de decisão ou participação política. Para Silva *et al.* (2016, p. 132), é possível “[...] a invenção de outros modos de exercer a cidadania, construindo estratégias de superação dos desafios e problemas que atravessam a realidade dos jovens envolvidos”.

Para Barros e Martins (2016), os projetos de educação legislativa são instrumentos privilegiados de educação política e engajamento do público escolar nas questões sociopolíticas. Conforme Barros e Martins (2017b), a imagem pública se liga diretamente à confiança institucional.

Já conforme Barros e Martins (2017^a, p. 395), “[e]studos empíricos apontam para uma multiplicidade de formas de participação e de engajamento social dos jovens, os quais enveredam por caminhos diversos, sejam os da política institucional, sejam os da ação militante no trabalho social voluntário”.

Para Martins e Barros (2018a), os estudos sobre a influência de programas de educação política no comportamento político juvenil são recentes e têm diferentes recortes temáticos. Conforme Martins e Barros (2018b), pelo aprendizado político os cidadãos se habilitam a participar da vida pública. Fuks e Casalecchi (2016) afirmam que várias pesquisas têm em comum o objetivo de identificar causas, consequências e prognósticos quanto à confiança nas instituições políticas.

Para Braga Júnior e Navas (2019, p. 38), comprova-se “[...] a importância da participação política e democrática dos adolescentes em sua comunidade, por meio de ações educacionais, visitas guiadas, explanação de conceitos básicos sobre Poder Legislativo, Executivo e Judiciário”. Melo e Coelho (2019) afirmam a existência de uma lacuna acadêmica quanto aos estudos históricos sobre as origens das Escolas do Legislativo.

De acordo com Trindade *et al.* (2021, p. 1), uma das possibilidades das Escolas do Legislativo consiste na “articulação entre poder legislativo, universidade e associações civis”. Colontonio e Santos (2022, p. 1) aduzem que o Programa Parlamento Jovem “agrega-se à instituição escolar como um mecanismo de apoio e suporte para a construção das competências e habilidades sobre cidadania, política e participação social”.

Demonstra-se, portanto, tratar-se de um contexto de evidente relevância, notadamente no que concerne à construção da cultura política dos alunos – inclusive aqueles que ainda se encontram na Educação Básica –, preparando-os para o exercício da cidadania e, eventualmente, de funções públicas, razão pela qual se insere em um contexto de educar para a democracia.

As respostas às questões de pesquisa também auxiliaram na compreensão das categorias eleitas. Para Sampaio e Siqueira (2013, p. 398), “[...] programas como o Parlamento Jovem preenchem esse espaço na formação política de jovens estimulando a capacitação para disseminação de normas e valores”. Os autores também afirmam que os efeitos do programa são mitigados, uma vez que, ao agregar somente os que dispõem de sofisticação política à tarefa de remodelar normas e valores que as pessoas recebem das instituições, o resultado é o desestímulo à continuidade de participação e, em determinados casos, os participantes acabam ficando na defensiva. Fuks (2014, p. 442) entende que “[...] os efeitos sobre a participação política não se manifestam no presente, mas os fatores de natureza motivacional são indicadores de uma propensão do jovem à participação na vida adulta”.

Silva *et al.* (2016, p. 141) percebem que “[a]s oficinas se constituíram como lugar da crítica, espaço de liberdade onde expressam sua indignação a respeito das irregularidades políticas [...]. Concluíram, assim, que “[é] indiscutível o crescimento, a evolução do pensamento crítico e reflexivo dos jovens participantes [...]” (Silva *et al.*, 2026, p. 141).

Nos estudos de Barros e Martins (2016), os dados mostram que o programa amplia a criticidade, o interesse e a participação na política, assim como influencia nos anseios de posicionamento social e na escolha de profissões. Há também um “efeito direto do projeto no nível da ativação” e “no reforço da participação na política institucional” (Barros; Martins, 2017a, p. 420), ainda, os jovens entrevistados passaram a “encarar a política como parte de seu cotidiano” (Barros; Martins, 2017b, p. 183). Alguns efeitos no comportamento dos jovens mantêm-se estáveis, inclusive a motivação para participar de partidos políticos, ainda que com pouco interesse em candidatar-se a cargos políticos (Barros; Martins, 2017a). Também verificaram que a autopercepção dos jovens demonstra que a educação política impactou no comportamento político dos egressos (Martins; Barros, 2018a).

Fuks e Casalecchi (2016) concluem que o ambiente informacional proporcionado pelo Parlamento Jovem foi fundamental para disseminar informações capazes de influenciar positivamente as atitudes dos participantes em relação à política, resultando em uma mudança positiva na confiança política em relação ao Poder Legislativo.

Braga Júnior e Navas (2019) percebem o direcionamento dos estudantes participantes para questões públicas e coletivas, enfatizando o interesse em elaborar propostas de cunho social,

contribuindo para o desenvolvimento pessoal dos alunos, ampliando sua percepção sobre o processo eleitoral e suas responsabilidades como cidadãos.

No estudo de Melo e Coelho (2019), a análise histórica e exploratória realizada destaca a importância da EL-ALMG como um marco pioneiro no país, evidenciando sua relação com a modernização administrativa do Poder Legislativo após a redemocratização, bem como sua relevância no contexto da formação cidadã e política, contribuindo para a construção de uma sociedade mais informada, participativa e engajada no processo democrático.

Trindade *et al.* (2021) afirmam que os projetos abrem possibilidades para “[...] ações de educação que valorizem práticas democráticas e experiências de respeito e tolerância” (p. 9). Concluíram que a articulação das ações do projeto por meio do Parlamento Jovem é a sua principal característica.

Colontonio e Santos (2022) identificaram que a proximidade entre a escola e a Câmara Municipal é fator determinante para alcançar resultados positivos em relação ao interesse e engajamento dos jovens.

Demonstra-se, assim, que, em sua maioria, as pesquisas trabalham com entrevistas e, especialmente, com participantes ou egressos dos programas de educação legislativa, assim como com bibliografia e documentação aplicáveis às referidas questões, na busca por determinar o seu impacto na formação política dos alunos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E SÍNTESE DO CONHECIMENTO

Após análise dos estudos, sobressai a relevância da educação legislativa para a formação crítica dos cidadãos e de sua consciência política. Os estudos demonstram que ações do Poder Legislativo, quanto à educação legislativa, têm papel fundamental na capacitação dos cidadãos, tanto no que diz respeito à compreensão da importância das leis, quanto no conhecimento de seus próprios direitos.

As categorias eleitas se encontram nos textos selecionados, sendo a primeira a “formação política e cidadã”. Nesse sentido, Sampaio e Siqueira (2013) entendem como formação política e cidadã o processo de capacitação dos jovens para compreenderem e participarem ativamente da vida política e democrática da sociedade, abrangendo não apenas o conhecimento sobre os princípios democráticos, as instituições políticas e os processos eleitorais, mas também a compreensão dos direitos humanos, da justiça social, diversidade cultural e importância da participação cívica na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Fuks (2014) entende que tal formação engloba a consciência dos direitos e deveres civis, a capacidade de análise crítica, a habilidade de dialogar e debater de forma construtiva, bem como o engajamento em ações coletivas para a promoção do bem comum.

Os estudos de Barros e Martins, trazem a formação cidadã englobando não apenas a esfera política, mas também a participação ativa e responsável das pessoas na sociedade, respeitando a diversidade, promovendo a justiça social e contribuindo para o bem comum. Envolvem o desenvolvimento de valores como ética, solidariedade, tolerância e compromisso com o interesse público (2017b). Expõem a diferença na qualidade das opiniões entre um cidadão bem-informado politicamente e alguém que desconhece a temática; também veem a educação legislativa como um caminho para tornar os jovens interessados com as questões relacionadas à coletividade (Barros; Martins, 2016) e para “diminuir a centralização decisória dos políticos profissionais” (Barros; Martins, 2016, p. 117).

Para Silva *et al.* (2016), a formação política e cidadã proposta pelo estudo busca capacitar as pessoas, especialmente os jovens estudantes do ensino médio e universitários, a se tornarem cidadãos críticos, participativos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Segundo Fuks e Casalecchi (2016), a formação política e cidadã compreende o estímulo dado pelo programa objeto do estudo para a melhor compreensão da organização dos poderes, especialmente do Poder Legislativo, e a preparar para a participação política como cidadãos.

Braga Júnior e Navas (2019, p. 42) dispõem que como o termo cidadania, conforme o “[...] direito constitucional positivo, não é uma condição natural, o letramento político deve existir para propiciar meios para que os cidadãos possam se apropriar, efetivamente, do seu lugar dentro de uma comunidade política, de forma criativa, crítica e autônoma”.

Melo e Coelho (2019) dispõem que as Escolas do Legislativo têm uma função de letramento político voltada à promoção da democracia e da cidadania. Trindade *et al.* (2021) entendem pela necessidade de desnaturalizar a ideia de cidadania, para melhor compreender os processos pelos quais os agentes desenvolvem as suas concepções.

Colontonio e Santos (2022) indicam que o programa objeto do estudo tem o poder de contribuir para a formação cidadã dos estudantes, promovendo o debate público, a consciência crítica e a participação democrática, conforme preconizado na Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Assim, os estudos trazem a formação política e cidadã como um processo ou, essencialmente, como a construção de uma cultura política que permita a esses jovens conhecer seus direitos e exercê-los de maneira correta e socialmente apropriada.

Em relação à segunda categoria, indicada como “educar para a democracia”, são apresentados os entendimentos contidos nos trabalhos. Para Sampaio e Siqueira (2013), o processo educativo que visa promover o desenvolvimento de valores, conhecimentos e habilidades necessários para a participação ativa e responsável dos cidadãos em uma sociedade democrática, representa o que se entende por educar para a democracia. Essa abordagem educativa enfatiza a importância de cultivar a consciência cívica, a ética pública, o diálogo intercultural, a participação cidadã e o respeito às diferenças como fundamentos essenciais para a consolidação e o fortalecimento da democracia.

Fuks (2014) enfatiza a relevância da educação cívica na promoção da democracia, na formação de cidadãos engajados e na construção de uma sociedade mais participativa e democrática. Ao analisar os efeitos de programas como o Parlamento Jovem, busca-se compreender como a educação política pode contribuir para o fortalecimento dos princípios democráticos e o desenvolvimento de uma cultura cívica sólida.

Nos trabalhos publicados por Barros e Martins, infere-se que, apesar das crises e mudanças da democracia e dos partidos, as instituições permanecem relevantes (2016). Destacam que a educação para a democracia deve englobar não apenas o ensino teórico sobre os princípios democráticos, mas também a vivência prática da cidadania, por meio de experiências como a participação em projetos como o do Parlamento Jovem Brasileiro – PJB (2017a). Os autores trazem a importância dessas estratégias para o fortalecimento da democracia (2016).

Martins e Barros (2018a) afirmam que o desenvolvimento de projetos de educação para a democracia representa o exercício de uma missão educativa de forma efetiva e intencional. Os autores relacionam a educação para a democracia com a missão educativa do Parlamento Jovem Brasileiro – PJB em preparar os jovens para serem cidadãos ativos, críticos e participativos, capazes de compreender e influenciar o ambiente político em que inseridos.

Para Silva *et al.* (2016), no contexto apresentado pelo estudo, educar para a democracia se relaciona à formação política e cidadã dos jovens, buscando promover a participação ativa, crítica e responsável dos estudantes na vida política e social, contribuindo para o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos. Segundo os autores, o Parlamento Jovem – PJ tem como desafio garantir o lugar dos jovens na construção da democracia, a fim de incluir suas vozes, histórias e visões de mundo no debate público e nas ações de transformação social.

Ainda no que atine à segunda categoria, Fuks e Casalecchi (2016) compreendem que a educação para a democracia visa promover o engajamento cívico dos jovens e contribuir para o fortalecimento da democracia ao formar cidadãos conscientes, críticos e participativos – já que, nas

novas democracias, as crescentes demandas sociais encontraram estruturas institucionais pouco aparelhadas.

Conforme Braga Júnior e Navas (2019, p. 42), “o letramento político ou a educação para democracia visa desenvolver capacidades para que haja participações mais efetivas dos cidadãos na sociedade democrática”. Os autores citam a professora Benevides (1996, p. 223-224), segundo a qual “[...] não há desenvolvimento exclusivamente no campo econômico, sem concomitante desenvolvimento social e político”, razão pela qual “a questão da educação política se tornou de fundamental importância’.

Melo e Coelho (2019) afirmam que o propósito das Escolas do Legislativo no país é a educação política e para a democracia. Para Trindade *et al.* (2021, p. 3), a “[...] abertura à participação política democrática suscitou também uma questão fundamental: a da educação política para os cidadãos que participam ativamente de um regime democrático”.

Por fim, Colontonio e Santos (2022), sustentam que a educação para a democracia perpassa pelo entendimento da organicidade do Estado democrático brasileiro nos três poderes, quais sejam, Executivo, Judiciário e Legislativo, sendo que este último tem o papel de analisar, criar, monitorar e fiscalizar o Estado e a sociedade, funções historicamente submetidas ao peso instituído pela burocracia.

Percebeu-se, então, que os trabalhos carregam em si a ideia de uma educação para a democracia. Mostra-se ainda que, respondendo-se à questão elaborada para esta pesquisa, os trabalhos selecionados demonstram formas mediante as quais as ações do Poder Legislativo contribuem para a educação para a democracia.

Necessário, por sua vez, sugerir estudos concernentes às repercussões da formação para a cidadania e para a cultura política dos jovens em sua vida adulta, inclusive no que se relaciona à possibilidade de sua filiação a partidos políticos e de disputar cargos político-eletivos, além da eventual conexão entre estes contextos e a educação legislativa.

A relevância da educação legislativa na formação crítica dos cidadãos e sua consciência política resta evidente nos estudos selecionados, pois as ações do Poder Legislativo relativas à educação legislativa são fundamentais para a capacitação de cidadãos, fomentando que compreendam a importância das leis e conheçam os seus direitos.

Os trabalhos selecionados também dão vazio a novas pesquisas necessárias. Como bem afirmam Sampaio e Siqueira (2013, p. 398), tendo em vista que o desempenho dos participantes resulta restrito às condicionantes moldadas pela cognição e pelo afeto, o programa “[...] é limitado na consecução daquilo a que se propõe”. Fuks (2014) percebeu que a resistência é parte integrante do modelo.

Para Silva *et al.* (2016, p. 142), o “[...] protagonismo só poderá acontecer se o jovem abandonar a passividade imposta e conscientemente assumir seu lugar enquanto cidadão [...]” – não na perspectiva da mera cidadania, mas no que Araújo e Tondin (2023) chamam de cidadania emancipatória, visto que o protagonismo sem emancipação fica esvaziado de sentido, ao passo que a participação, por si só, tampouco assegura o protagonismo juvenil. Barros e Martins (2016) apontam o potencial dos programas em reverter a lógica conjuntural da desconfiança. Já Barros e Martins (2017b) afirmam a possibilidade de se trazer conhecimentos para esse tipo de projeto.

Barros e Martins (2017^a, p. 422) identificam “[...] oportunidades de debate de ideias que, naturalmente, geram a formação de grupos favoráveis e contrários, [...]”. Martins e Barros (2018a, p. 178) afirmam a inexistência de “significância estatística a diferença entre a atuação cívica de homens e mulheres”, apesar destas terem maior escolarização. Para Fuks e Casalecchi (2016), a confiança depende de um lento processo, o qual envolve informação e experiência prática com o sistema político.

Braga Júnior e Navas (2019) perceberam a necessidade de valorização do processo eleitoral como algo relevante para a democracia. Segundo Melo e Coelho (2019), as indicações podem estimular os pesquisadores a ampliarem os estudos legislativos no âmbito das Escolas do Legislativo.

Trindade *et al.* (2021) asseveram o desafio do baixo investimento em ações de educação política por parte da maioria das Câmaras Municipais. Colontonio e Santos (2022) revelam que certas barreiras que os jovens atravessam ao longo do percurso escolar não estão restritas às escolas.

Notável assim que, em regra, os trabalhos consultados demonstram a necessidade de se estudar as repercussões do aprimoramento da cultura política dos jovens na vida adulta, inclusive naquilo que se relaciona à sua propensão em se filiar a partidos políticos ou, até mesmo, a disputar cargos eletivos em decorrência da educação que receberam junto às Escolas do Legislativo e projetos correlatos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões de pesquisa dos estudos concernem diretamente às Escolas Legislativas e sua relevância na construção do interesse dos jovens quanto à política e à formação da cultura cidadã, utilizando, em sua maioria, critérios empíricos.

A maioria das pesquisas trabalha com entrevistas e com os egressos, bem como com bibliografias e documentação aplicável, para determinar o seu impacto na formação política dos alunos, terminando por responder às questões levantadas. A expressiva maioria demonstrou o impacto dos programas de educação legislativa na construção da cultura política dos egressos e do exercício de sua cidadania.

De regra, os trabalhos consultados demonstram a necessidade de se estudar as repercussões do aprimoramento da cultura política dos jovens na vida adulta, inclusive quanto à sua propensão em se filiar a partidos políticos ou disputar cargos eletivos em decorrência da educação que receberam junto às Escolas do Legislativo e outros projetos.

As pesquisas revelam que a preocupação dos programas de educação legislativa é a formação cidadã e a construção de uma cultura política que permita ao egresso conhecer os seus direitos e exercê-los de forma correta e socialmente apropriada.

Fato é que fazer educação é ter intencionalidade, isto é, promover meios para possibilitar cidadãos críticos, reflexivos, conhecedores, honestos, ativos, participativos e atuantes, transformando realidades. Também é compreender que não há neutralidade, nem mesmo política, e que fazer parte da vida política constitui, em si, um ato de cidadania.

Ainda, é preciso compreender que é por meio da Educação, seja preparando o/a professor/a por meio de formações continuadas que conscientizem da importância de exercer a cidadania de forma plena, ou, com programas e projetos que vão até a escola e desenvolvem cursos e oficinas de educação legislativa, que se alcançam a formação cidadã e a educação para a democracia.

A educação legislativa vai além de uma filiação partidária. Ela deve problematizar a situação atual do país, os casos de corrupção e o quanto as pessoas são vítimas do descaso das más escolhas nas urnas. Deve, ademais, sempre lembrar aos jovens o quanto precisamos de uma política honesta, justa, solidária, igualitária, para termos um país com menos injustiças sociais, fome, desemprego e falta de acesso aos serviços públicos, muitas vezes restrito a uma parcela da sociedade.

A pouca confiabilidade do cidadão no sistema político denota que, a cada momento em que escolhas são feitas, o futuro de milhares de cidadãos fica à mercê de representantes do povo. Por isso a importância de pessoas mais críticas, com vez e fala, rumo à construção de um país melhor.

Assim, fazer educação legislativa é também conhecer os direitos e deveres. É deixar claro aos jovens que eles podem fazer mais por uma sociedade mais crítica, consciente, respeitosa, ativa, justa, feliz e igualitária, opinando com autonomia, responsabilidade e consciência social. Educação é transformação, mudança, esperança do verbo esperançar, como dizia Paulo Freire, e não esperança do verbo esperar.

Nesse sentido, as pesquisas apontam que é necessário “[...] que os cidadãos tenham o conhecimento de seus direitos e deveres, o que resulta num exercício mais qualificado da cidadania, [...]” (Braga Júnior; Navas, 2019, p. 41). Urge, ainda, que as escolas tenham a função de letramento político, mediante metodologias voltadas à promoção da cidadania e democracia (Melo; Coelho, 2019).

Após a análise das pesquisas, fica evidente a necessidade de maiores estudos na área da educação legislativa, sobretudo com intencionalidade, problematizações e reflexões conscientes e emancipadoras, as quais sensibilizem os estudantes para serem cidadãos mais críticos, reflexivos, conscientes e ativos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elenice Procópio; TONDIN, Celso Francisco. Percepções de estudantes e coordenação escolar acerca da adolescência, protagonismo/participação juvenil e escola. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 64, p. 1-23. 2023.

BARBOSA, Manuel Gonçalves. Educação e democracia: do risco de desarticulação a uma recomposição crítica. *Cad. Pesqu.*, São Paulo, v. 50, n. 177, p. 759-773. 2020.

BARROS, Antônio Teixeira de; MARTINS, Lúcio Meireles. Impactos do Parlamento Jovem Brasileiro na motivação e participação política partidária de egressos. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 95-120. 2016.

BARROS, Antônio Teixeira de; MARTINS, Lúcio Meireles. Impactos do Parlamento Jovem Brasileiro na imagem pública do Poder Legislativo na visão dos egressos. *Rev. Serv. Público*, Brasília, v. 68, n. 1, p. 157-190. 2017b.

BARROS, Antonio Teixeira de; MARTINS, Lúcio Meireles. Juventude e política na experiência de dez anos do Parlamento Jovem Brasileiro: confiança, participação e engajamento político dos egressos. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 392-426. 2017a.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Educação para a democracia. *Lua Nova*, São Paulo, v. 96, n. 38, p. 223-237. 1996.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136. 2011.

BRAGA JUNIOR, Paulo Roberto; NAVAS, Ana Paula Pavanini. O Projeto Parlamento Jovem do TRE/PR: relato de experiência do Município de Jacarezinho – Paraná. *Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 38-54. 2019.

COLONTONIO, Eloise Medice; SANTOS, Luciano Miguel Moreira dos. O Programa Parlamento Jovem em Câmaras Municipais como mecanismo na implementação da nova Base Nacional Comum Curricular. *Pesquisa e Debate em Educação*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 1-15. 2022.

COOPER, Harris M. Scientific Guidelines for Conducting Integrative Research Reviews. *Review of Educational Research*, v. 52, n. 2, p. 291-302. 1982.

COSSON, Rildo. Escolas do legislativo, escolas de democracia. 1 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

FUKS, Mario. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 425-449. 2014.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel Avila. QUANDO CONFIAR É BOM? Repensando a confiança e desconfiança política no Brasil. *Latin American Research Review*, v. 51, n. 2, p. 217-232. 2016.

KRAMM, Daniele de Lima. Políticas de formação de professores da educação básica no Brasil. 2019. 220 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

MARTINS, Lúcio Meireles; BARROS, Antônio Teixeira de. Influências do Parlamento Jovem Brasileiro no comportamento político dos egressos: análise da autopercepção dos jovens participantes. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, v. 27, p. 139-189. 2018a.

MARTINS, Lúcio Meireles; BARROS, Antônio Teixeira de. Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 26, n. 66, p. 49-78. 2018b.

MELO, William Maximiliano Carvalho de; COELHO, Fernando de Souza. Gênese das escolas do Legislativo no Brasil: apontamentos históricos sobre a criação da EL-ALMG. *Rev. Serv. Público*, Brasília, v. 70, p. 192-217. 2019.

RODRIGUES, Alessandra Cristina; SOUZA, Cléia Renata Teixeira de. Educação e democracia no ambiente escolar. *Perspectivas em Diálogo*, Naviraí, v. 9, n. 20, p. 360-378. 2022.

SAMPAIO, Thiago; SIQUEIRA, Marina. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. *Opinião Pública*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 380-402. 2013.

SILVA, Aline Consolação da; RODRIGUES, Bruno; VIANA, Denise Fonseca; SILVA, Hananda Gabriele; RENA, Luiz Carlos Castello Branco. Parlamento Jovem Betim: desafios da formação política na interface escola-universidade. *Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 131-146. 2016.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106. 2010.

TRINDADE, Gleyton; LÁZARO JÚNIOR, Francis; SILAME, Thiago. Observatório da democracia de Alfenas/MG: possibilidades e desafios da educação em direitos humanos através do Parlamento Jovem. *Revista Conexão UEPG*, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, p. 1-10. 2021.

YIN, Robert K. *Case study research design and methods*. 5 ed. Thousand Oaks: Sage, 2014.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, v. 52, n. 5, p. 546-553. 2005.